

É o tempo da pessoa!

A pesar da crise internacional, o Brasil vive um período de relativo otimismo no plano socioeconômico. Até aqui, o País aparentemente sofreu pouco com a crise, existe uma redução da desigualdade e melhoria das condições dos mais pobres. Já no plano político, os escândalos de corrupção não saem das manchetes dos jornais e existe sempre uma descrença em relação à eficiência e até à vontade dos políticos para enfrentar os grandes desafios sociais, econômicos e políticos que sem dúvida ainda nos esperam num futuro próximo.

Diante disso, muitas vezes tendemos a nos fechar em nós mesmos, querendo cuidar apenas de nossas coisas, como se o grande horizonte da vida não nos dissesse respeito. Mas, para isso, temos de abdicar ao grande desejo de beleza, justiça, verdade e realização humana que existe em nosso coração e no daqueles que amamos. Por isso, um momento eleitoral, com todos os seus desafios e contradições, é uma provocação para que nossa humanidade recupere sua abertura para o mundo e para o desejo mais profundo que nos move.

A experiência cristã, por sua natureza, tem a ver com tudo. Trata-se de um encontro com Alguém que nos desperta para todos os encantos e todas as contradições da realidade, que nos chama à aventura da construção do bem comum e, portanto, da política. Não somos chamados a estar na política porque queremos o poder ou a hegemonia, mas porque tudo nos interessa, tudo nos diz respeito, porque o sofrimento do outro faz parte da minha vida, porque a construção de uma sociedade mais justa é parte da realização da minha pessoa.

“De fato, quando as garras de uma sociedade adversa se apertam em torno de nós, até ameaçando a vivacidade de uma nossa expressão, e quando uma hegemonia cultural e social tende a penetrar no coração, instigando as já naturais incertezas, então é chegado o tempo da pessoa”, dizia Dom Luigi Giussani em 1976. **Este é o tempo da pessoa, da nossa pessoa.**

Este é um convite que nos foi feito e que procuramos compartilhar com todos: redescobrir aquilo que pode sustentar e dar sentido ao nosso eu, à construção do estar juntos, à luta por um ideal. É um momento de encontro, mesmo que nas diferenças, de redescobriremos a verdade um do outro. Por isso nos colocamos em ação, procuramos estar juntos como amigos, ajudarmo-nos mutuamente a discernir o que é melhor, apoiar aqueles que nos parecem mais capazes e comprometidos com o bem comum.

Falando às autoridades, no Encontro Mundial das Famílias, em Milão (02/06/2012), o Papa Bento XVI, citando Santo Ambrósio, um dos grandes doutores da Igreja, do século IV, nos propõe alguns critérios de discernimento que podem ser úteis neste momento:

1) Nenhum poder do homem pode considerar-se divino, e portanto **nenhum homem é senhor de outro homem**, esta é uma verdade central sobre a pessoa humana, que constitui um fundamento sólido da convivência social. Santo Ambrósio lembrará isso ao imperador romano, escrevendo-lhe: “Também tu, ó augusto imperador, és um homem!” (*Epistula* 51, 11).

2) Ambrósio nos lembra também que **a primeira qualidade de quem governa é a justiça**, porque diz respeito ao bem da comunidade inteira. Mas ela precisa ser acompanhada do amor pela liberdade, que ele considera um elemento discriminante

entre os governantes bons e os maus porque, como se lê noutra carta sua, “os bons amam a liberdade, os perversos amam a servidão” (*Epistula* 40, 2). A liberdade não é um privilégio para alguns, mas um direito para todos, um direito precioso que o poder civil deve garantir. Todavia, liberdade não significa arbítrio do indivíduo, mas, ao contrário, implica a responsabilidade de cada um. Este constitui um dos elementos principais da laicidade do Estado: assegurar a liberdade, a fim de que todos possam propor a sua visão da vida comum, mas sempre no respeito pelo próximo e no contexto das leis que visam ao bem de todos.

3) O Estado e suas leis servem e defendem a pessoa e seu “bem-estar”, nos seus múltiplos aspectos. Estas leis devem encontrar justificação e força na “lei natural”, isto é, no reconhecimento daquilo que corresponde à natureza do ser humano. Este é o fundamento de uma ordem adequada à dignidade da pessoa humana, que supera uma lógica na qual é a sociedade (e, em última análise, quem está no poder) que determina quais são e quais não são os direitos da pessoa.

4) O primeiro direito natural é o direito à vida, cuja supressão deliberada nunca pode ser permitida. Assim, a legislação e as obras das instituições estatais devem estar a serviço da família, fundada sobre o matrimônio e aberta à vida, reconhecendo o direito dos pais à livre educação e formação dos filhos, em conformidade com o programa educativo que eles julgarem válido e pertinente. Não se faz justiça à família, se o Estado não sustentar a liberdade de educação, para o bem comum de toda a sociedade.

5) Neste existir do Estado para os cidadãos, a Igreja pode dar uma preciosa e construtiva colaboração, sem dúvida não para uma confusão das finalidades e das funções diversas e distintas do poder civil e da própria Igreja, mas oferecendo à sociedade sua experiência, doutrina, tradição, instituições e obras, com as quais se coloca a serviço do povo.

6) As comunidades cristãs promovem estas obras não tanto porque o Estado não consegue garantir os serviços básicos à população, mas acima de tudo como **superabundância gratuita da caridade de Cristo e da experiência totalizante da sua fé.** O tempo que vivemos tem necessidade não só de escolhas técnico-políticas adequadas, mas também de gratuidade. “A ‘cidade do homem’ não é promovida apenas por relações feitas de direitos e deveres, mas antes e sobretudo por relações de gratuidade, misericórdia e comunhão” (*Caritas in veritate*, 6).

7) Finalmente, a quantos desejam colaborar para o governo e a administração pública, Santo Ambrósio pede que se façam amar: “Aquilo que o amor faz, o medo jamais poderá realizá-lo. **Nada é mais útil do que fazer-se amar**”.

É o tempo da pessoa e então é o **tempo da verdadeira política,** da possibilidade real de olhar para as necessidades de cada um e procurar satisfazê-las realizando o bem comum. A corrupção, que tantas vezes nos parece um mal sem solução, só será vencida com uma educação ao bem comum e a uma **consciência nova do eu,** do que é o homem, juntamente com o desenvolvimento humano integral – isto é, um desenvolvimento que não se limita aos aspectos socioeconômicos, mas que permite que a humanidade de cada pessoa se realize, tornando-a protagonista de sua própria história e da construção do bem comum.